

Boletim Internacional



Ano VI n° 34 25.09.2006

Colômbia : Dia Internacional de Luta

Colômbia: 26 setembro de 2006 - Dia Internacional da CIOSL-CMT-CES-ORIT-CLAT

Prezados Companheiros

A presente mensagem propõe dar seguimento à carta do Comando Nacional Unitário (CUT-CGT-CTC-CPC) da Colômbia, que você provavelmente recebeu anteriormente. Essa carta fez uma chamada para uma mobilização nacional e internacional pró Colômbia no próximo dia 26 de setembro. Ela se enquadra na campanha que realizamos de maneira conjunta entre a CIOSL, CES e CMT, bem como CLAT e ORIT, sobre os direitos humanos e sindicais na Colômbia.

Lhe recordamos que em 1º de junho passado na sede da OIT em Genebra, as três centrais sindicais colombianas (CUT- CGT - CTC) assinaram um "Acuerdo tripartito por el derecho de asociación y la democracia" com o governo e os empregadores.

Tal acordo incluía como ponto chave o estabelecimento na Colômbia de uma "representação permanente da OIT" que teria sob sua responsabilidade com prioridade promover a concertação, o dialogo social, a contratação coletiva, a liberdade sindical, a defesa dos direitos humanos dos trabalhadores, o direito de associação e a liberdade empresarial.

Não se conseguiu até esta data o cumprimento do acordo . Apesar da insistência das centrais sindicais colombianas, os resultados previstos até o momento são extremamente tênues. Se bem que se restabeleceu (com altos e baixos) o espaço do dialogo social, a representação permanente da OIT, aspecto prioritário do acordo, não se materializou até agora. Uma delegação internacional presente em Bogotá em agosto passado, por ocasião do Congresso da CUT, pôde comprovar esta situação e expressou em uma Declaração o seu apoio ao imediato estabelecimento dessa representação permanente da OIT .

Ontem, em uma reunião com o vice-presidente da Republica da Colômbia em Bruxelas, junto com uma delegação belga, pudemos comprovar essa situação. O vice-presidente se comprometeu a concretizar progressos e insistimos para que sejam rápidos.

Além disso, continuam as violações dos direitos humanos e a impunidade que os rodeia . Apresentaram-se uma serie de novas situações de atropelo aos direitos humanos e trabalhistas. Alguns dirigentes sindicais perderam a vida. Outros continuam ameaçados ou injustamente detidos. De igual maneira, varias situações põem em relevo a persistência de políticas neoliberais que fazem caso omisso da posição dos sindicatos. Uma prova disso é a liquidação da ADPOSTAL, as ameaças de liquidação do ISS –Instituto de Seguridad Social - bem como avanços na privatização da ECOPETROL, acompanhados da persistência da violação de direitos sindicais que afetam aos companheiros da USO (Unión Sindical Obrera), sindicato ativo na empresa.

Por todas estas razões e considerando que a situação dos trabalhadores colombianos continua sendo uma das piores do mundo, fazemos um chamado à mobilização de todas as organizações sindicais afiliadas à CIOSL, CES e CMT, CLAT, ORIT e organizações fraternais para que realizem ações em solidariedade aos trabalhadores colombianos no dia 26 de setembro. Esta data foi estabelecida pelo Comando Nacional Unitário para a exigência de cumprimento do Acordo tripartite.

Exigimos em especial :

* O estabelecimento no menor prazo de uma representação permanente da OIT na Colômbia, através da nomeação pelo diretor geral da OIT de um Representante Permanente de alto nível

gozando da confiança de todas as partes interessadas - governo, empregadores e trabalhadores - e da comunidade internacional.

* O estabelecimento de instancias permanentes de dialogo social, o respeito aos acordos que se consigam nessas instancias e, para facilitar-lhes, o estabelecimento de um clima propicio que passa pelo respeito das convenções da OIT em qualquer política que o governo colombiano impulse.

* Um fim na violência contra os trabalhadores e sindicalistas, o término da impunidade e um estrito seguimento dos resultados do grupo especial de investigação criado pela Fiscalía General de la Nación, para o esclarecimento e castigo dos crimes contra a vida e a liberdade dos dirigentes sindicais e trabalhadores.

* O termino das liquidaciones e reestruturaciones das empresas publicas até que não se estabeleça um franco processo de concertação com as organizações sindicais, que se garanta o respeito às suas posições bem como dos direitos dos trabalhadores estabelecidos nas convenções da OIT ratificados pela Colômbia.

As mobilizações podem centra-se em reuniões nas sedes diplomáticas da Colômbia no seu país, em manifestações diante das mesmas ou outras ações pertinentes. Pode-se, do mesmo modo, incluir o envio de cartas de protesto ao presidente da Republica da Colômbia, Licenciado Alvaro Uribe Vélez; Presidente de la República de Colômbia; Casa de Nariño; Bogotá, Colômbia; FAX: + 57.1.566.20.71.

Além da jornada de 26 de setembro, as organizações internacionais CIOSL, CMT e CES, junto com a CLAT e a ORIT, continuarão tomando iniciativas de solidariedade com os trabalhadores da Colômbia, tal e como assumiu a III Cumbre Sindical União Européia - América Latina e Caribe, celebrada em Viena no mês de abril passado (ver anexo).

Na espera de que estas manifestações sejam numerosas, nos despedimos com uma saudação muito fraternal.

John Monks
Secretario General CES

Guy Ryder
Secretario General CIOSL

Willy Thys
Secretario General CMT

Víctor Báez
Secretario General CIOSL-ORIT

Eduardo García
Secretario General CLAT

Declaração dos Delegados Internacionais

Declaração dos Delegados Internacionais no Vº Congresso da CUT Colômbia

Os delegados internacionais presentes em Bogotá, Colômbia, por ocasião do Vº Congresso da Central Unitaria de Trabajadores (CUT) emitiram a declaração que transcrevemos abaixo (em espanhol, como no original) com referência ao "Acordo tripartite da Colômbia participante da 95ª Conferencia Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça em 1º de junho deste ano. O nosso companheiro Fernando Lopes, secretário geral da CNM assinou em nome da CUT.

Em sua declaração os delegados, depois de manterem conversações com os presidentes da CUT, da CTC e da CGT, companheiros Carlos A. Rodríguez Díaz, Apécides Alvis Fernández e Julio Roberto Gómez Esguerra, respectivamente, proclamam seu apoio ao acordo tripartite.

Declaración de los Delegados Internacionales al V Congreso de la CUT

Declaración de las Delegaciones Internacionales presentes en Bogota-Colombia, con ocasión del V Congreso de la Central Unitaria de Trabajadores CUT, en relación al "Acuerdo Tripartito por el Derecho de Asociación y la Democracia", suscrito por la Delegación Tripartita de Colombia participante en la 95ª Conferencia Internacional de Trabajo, en Ginebra-Suiza el 1º de junio del año 2006.

Rebanadas de Realidad - CGT, Colombia, 28/08/06.- Las abajo firmantes organizaciones sindicales que componen la delegación internacional al V Congreso de la CUT, luego de mantener conversaciones con los presidentes de la CUT, la CTC y la CGT, compañeros Carlos A. Rodríguez Díaz, Apécides Alvis Fernández y Julio Roberto Gómez Esguerra, respectivamente,

DECLARAMOS

1. Saludamos el Acuerdo Tripartito suscrito por el Gobierno colombiano, los empresarios y los trabajadores en el marco de los Convenios 87 y 98 de la OIT, durante la 95ª Conferencia Internacional del Trabajo el 1º de junio de 2006, Acuerdo oficializado delante de la comunidad internacional, con fin de establecer una Representación permanente de la OIT en Colombia.

2. Notamos que, en virtud el Acuerdo, son objetivos de esta Representación la promoción y defensa de los derechos fundamentales de los trabajadores, especialmente los derechos a la vida, la libertad sindical, de asociación, de expresión y la negociación colectiva; que la Representación vigilara el cumplimiento de las políticas de la OIT, priorizando también la concertación, el dialogo social, la contratación colectiva, y la lucha contra la impunidad, incluso un estricto seguimiento de los resultados del grupo especial de investigación creado con este propósito por la Fiscalía General de la Nación.

3. Consideramos que dicho Acuerdo constituye un paso altamente significativo en la lucha desplegada por el movimiento sindical colombiano con la activa solidaridad del movimiento sindical internacional, por cuanto marca compromisos concretos y vías de acción que en su cumplimiento por todas las partes, estamos persuadidos posibilitará avanzar en la solución de los graves problemas que confrontan los trabajadores colombianos y sus organizaciones.

4. Que en dicho Acuerdo el Gobierno y los empresarios asumen serios compromisos que deben ahora ser respetados y cumplidos.

5. Que para su concreción el Acuerdo requiere del apoyo de la OIT, para lo cual no solo la Oficina debe brindar los medios de que dispone en el marco de su mandato constitucional, sino que requerirá de recursos financieros que le permitan concretar su presencia permanente en Colombia y la promoción de programas de acción, asistencia técnica, para la promoción y el cumplimiento de los postulados de la OIT y el pleno respeto de las normas fundamentales y demás Convenios de la OIT, que constituyen el marco adecuado para el establecimiento de justas relaciones de trabajo y la promoción de trabajo decente y digno para todas y todos las y los colombianos.

6. En ese marco el movimiento sindical internacional no solo seguirá con permanente atención al desarrollo y pleno cumplimiento del Acuerdo, sino que demandará de los gobiernos potenciales donantes así como de la Unión Europea y otras instituciones internacionales, el brindar el apoyo necesario a la OIT para facilitar su presencia permanente en Colombia y el desarrollo de los programas necesarios a fin de asegurar la plena realización del Acuerdo.

7. Que es urgente proceder a la instalación de esta representación permanente de la OIT y al nombramiento por el Director-General de la OIT de un Representante Permanente de alto nivel gozando de la confianza de todas las partes interesadas - Gobierno, empleadores y trabajadores - y de la comunidad internacional.

8. Notamos que, en cumplimiento urgente de este Acuerdo, el Consejo de Administración de la OIT, en su última Sesión (junio del 2006) ha demandado acción inmediata y le dará seguimiento a los avances concretos en sus próximas sesiones.

9. Que así como la firma de este Acuerdo nos alentó a retirar a Colombia de la lista de casos de la Comisión de Normas de la 95ª. Conferencia Internacional del Trabajo, pese al carácter excepcional de las amenazas a la vida y a la integridad física de los sindicalistas así como a la persistencia de una política antisindical, el eventual incumplimiento de los compromisos asumidos en el mismo ante la comunidad internacional demandará que el grupo de los trabajadores en la próxima Sesión de la Conferencia reclame la puesta en marcha de todos los mecanismos previstos en la Constitución y en el sistema normativo de la OIT, en defensa de los derechos de los trabajadores colombianos y sus organizaciones.

Bogotá, el 25 de Agosto 2006

Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres - CIOSL

Confederación Mundial del Trabajo - CMT

CUT Brasil

AFL-CIO EEUU

UGT España

Comisiones Obreras - CCOO España

CIG España

CGT Francia

CGT Force Ouvrière - FO Francia

TUC Gran Bretaña

LO Noruega

FNV Holanda

CISL Italia

CGIL Italia

Anistia : Ativistas sem garantias

Adital - O Governo da Colômbia estaria dando sinal verde para os ataques contra os defensores dos direitos humanos do país. Um novo relatório da organização de direitos humanos Anistia Internacional ressaltava as dificuldades que enfrentam dezenas de pessoas e organizações, nas cidades e áreas da Colômbia que trabalham para proteger os civis e colocar fim à impunidade. A entidade pede à comunidade internacional que apoie os ativistas locais de forma mais eficaz.

Os ataques contra ativistas de direitos humanos na Colômbia têm um duplo propósito: silenciar as pessoas e impedir que outras continuem com seu trabalho. Sofia Nordenmark, coordenadora de defensores de direitos humanos da Anistia Internacional, afirma que algumas pessoas recebem ameaças com tanta frequência que já as consideram parte de sua rotina. Outras se viram obrigadas a sair de suas comunidades.

Luis Torres, defensor dos direitos humanos da comunidade de El Salado, representa sua comunidade diante das autoridades em relação a duas chacinas, supostamente cometidas por grupos paramilitares respaldados pelo Exército. Também fez campanha sobre as condições para o retorno sem riscos a El Salado de membros da comunidade, que haviam fugido dela depois de receber ameaças do grupo guerrilheiro FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

No dia 26 de maio de 2005, foi acusado formalmente por rebelião e detido. No dia 08 de junho do mesmo ano, foi posto em liberdade condicional. Contudo, a investigação continua aberta, apesar dos defeitos evidentes das provas.

Os casos revelam também que os ataques individuais, como homicídios e ameaças, fazem parte de uma estratégia mais ampla, destinada a restringir severamente as denúncias sobre violações de direitos humanos e sobre os laços que unem os grupos paramilitares e o Exército. A estratégia oficial contra os defensores de direitos humanos parece tripla: as autoridades do governo questionam publicamente sua legitimidade, preparam processos legais infundados e não comparecem à justiça os autores dos ataques, inclusive quando se dispõem de muitas provas.

Segundo o relatório, a impunidade de que gozam os que atacam os ativistas de direitos humanos é uma arma perigosa, pois transmite a mensagem de que os civis devem evitar pedir justiça.

Em resposta à petição de proteção, o governo colombiano colocou em marcha vários programas direcionados para proteger defensores de direitos humanos, sindicalistas e jornalistas individuais. Os programas incluem a provisão de guardas de segurança, coletes anti-balas e transporte especial, e beneficiam centenas de pessoas. Mas estas medidas de proteção práticas não são suficientes, pois não criam as condições básicas para que os defensores de direitos humanos trabalhem livremente. A melhor forma de proteger os defensores de direitos humanos é levando perante à Justiça aqueles que os atacam, afirma a Anistia.

A organização pediu ao presidente Álvaro Uribe que utilize seu segundo mandato no cargo para abordar a impunidade endêmica para as violações de direitos humanos: reconhecendo publicamente a legitimidade dos ativistas de direitos humanos; garantindo que os responsáveis por violações de direitos humanos compareçam à Justiça; e impedindo o uso de processos penais infundados contra ativistas de direitos humanos. (ADITAL, 11.09.2006)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação Nacional dos
Metalúrgicos – CNM-CUT
Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes
<http://www.cnmcut.org.br>